

Editorial

Como colocar a agricultura no lugar de destaque

No programa "Ver Moçambique", da Televisão de Moçambique (TVM), o Ministro da Agricultura, José Pacheco, aparece a visitar uma horta de camponeses algures na província de Inhambane. E na presença daquilo que parecia ser uma cultura saudável e bem nutrida, dizia ele que da próxima vez que lá for quer ver uma cultura mais robusta, a cobrir todo o espaço ao ponto de não se verem mais clareiras no solo.

Para ele, acrescentou o Ministro, só assim os camponeses teriam conseguido aumentar a sua produtividade.

Aumento da produtividade tornou-se na expressão mágica que no último ano os nossos dirigentes políticos parecem ter ido sacar do seu arsenal de expressões sonantes, mas que pouco valem, porque eles próprios não acreditam nelas, repetindo-as *ad nauseam*, apenas por uma questão de uma linguagem corrente da colectividade.

Provavelmente o que o Ministro não percebeu é que aqueles camponeses já não podem fazer mais do que estão a fazer se as políticas sobre o desenvolvimento agrícola neste país continuarem a ser traçadas de forma esporádica e burocrática, sem o envolvimento dos próprios produtores.

Persiste nos meios oficiais a noção de que a fraca produtividade, quer seja na agricultura quer seja em qualquer outro sector de actividade, é resultado da falta de vontade das pessoas de trabalharem mais.

Porém, o que muitas vezes passa despercebido é que as pessoas trabalham mais do que talvez deviam trabalhar. Por outras palavras, despendem mais esforço do que os rendimentos que colhem do seu trabalho.

Há várias razões que concorrem para esta situação. Mas se quisermos centrar o debate sobre o sector da agricultura, a conclusão a que podemos chegar é de que ao nível oficial, provavelmente fala-se mais deste sector tão importante para a economia de Moçambique, do que propriamente se faz para o seu alavancamento.

Salvo algumas raras excepções, a agricultura em Moçambique continua a ser feita com recurso a métodos extremamente rudimentares, que não permitem alcançar o tipo de produção que seria de desejar.

Camponeses que recorrem ao trabalho manual, sem nutrientes para enriquecer os solos, produtos para combater pragas e doenças, e perenemente à espera da chuva, raramente conseguirão atingir resultados que correspondam às suas próprias necessidades alimentares, e muito menos para manter os mercados abarrotados.

Moçambique tem condições humanas e naturais para o desenvolvimento exponencial da agricultura. O país pode produzir o suficiente para se alimentar a si próprio e para abastecer mercados externos que não disponham das mesmas condições que aqui existem. Mas é preciso que políticas adequadas sejam traçadas para que esse objectivo seja alcançado.

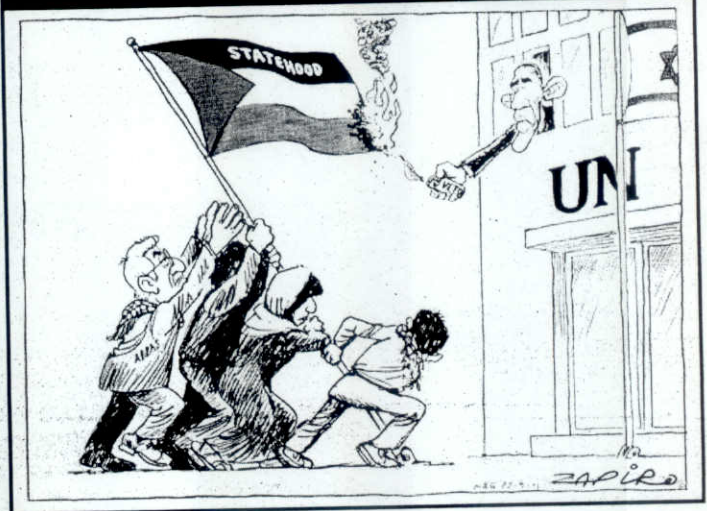
E é neste capítulo onde reside o calcanhar de aquiles. Boas ideias talvez há em demasia. Mas transformar essas boas ideias em políticas apropriadas é, provavelmente, o maior desafio que se coloca sobre os nossos governantes.

Tais políticas devem, por exemplo, incluir a capacidade de produção de sementes de excelente qualidade, a delimitação do solo nacional em zonas específicas para a produção de determinado tipo de culturas em função da natureza do solo e do nível pluviométrico, a disponibilização de insumos (nutrientes, pesticidas, etc) a preços razoáveis, a prestação de assistência técnica aos produtores, a disponibilização de meios mecânicos para as diferentes funções no processo de produção e colheita, infra-estruturas de armazenamento, facilidades de comercialização e muito mais.

A par de todas estas acções é importante que o Estado seja também capaz de proteger os camponeses na comercialização dos seus produtos, criando mecanismos que garantem que eles tenham preços comensuráveis com os custos e o esforço empreendidos na produção.

Só com este tipo de acções poderá a agricultura vir a ocupar o lugar de destaque que merece na equação económica de Moçambique. Mas isso exige que o Ministério da Agricultura seja capaz de definir melhor as suas prioridades.

CARTOON



A Talhe de Foice

Machado da Graça

Força aérea

Aqui há poucos dias, a propósito do 25 de Setembro, a Rádio Moçambique entrevistou o Vice-Ministro da Defesa. Entrevista daquelas em que os ouvintes podem ligar para lá e comunicar com o entrevistado.

E foi o que eu fiz. Liguei e perguntei ao sr. Vice-Ministro onde estava todo o equipamento de voo que a nossa força aérea possuía ainda quando foram assinados os acordos de paz entre o Governo e a Renamo.

E foi aí que eu descobri que aquele dirigente militar teria dado um excelente futebolista. Fintas, de todo o tipo, eram com ele. Deu voltas e mais voltas sem nunca, no entanto, responder à pergunta.

O entrevistador insistiu e recebeu novo festival de fintas. Mais adiante, um outro ouvinte declarou que não tinha ficado satisfeito com as respostas à minha pergunta e o bom do Vice-Ministro acabou por dizer que todo o material que havia naquele tempo continua a existir. O jornalista perguntou se esse material continuava em estado de voo e o dirigente acabou por se refugiar no segredo militar para não responder à pergunta.

Porque, diga-se a verdade, é uma pergunta incómoda que levanta muitos fantasmas do passado.

Como se compreende, por exemplo, que o Chefe de Estado gaste rios de dinheiro a alugar helicópteros no estrangeiro, para as suas presenças abertas, se a nossa

Força Aérea tem esse tipo de aparelhos?

A resposta é que não tem. Se bem me apercebo a nossa Força Aérea tem, neste momento, um único aparelho que voa, um avião de treino que Portugal ofereceu há uns meses. E que creio que foi o aparelho que andou a sobrevoar a baía no passado domingo.

O resto desapareceu sem deixar rasto. Ou deixando muito pouco rasto...

Eeben Barlow é um ex-militar sul-africano que criou uma empresa de mercenários que actuou em vários países africanos, a Executive Outcomes. E escreveu um livro a contar a vida dessa organização. Na página 333 desse livro conta como a Executive Outcomes foi contratada para actuar na Serra Leoa. E de como precisavam de helicópteros de combate para essa missão. E de como, nas suas palavras, "comprámos dois helicópteros Mi 17, em segunda mão em Moçambique". Talvez não seja difícil, sabendo-se a data (1995) descobrir quem foram os vendedores, do lado moçambicano.

E, percorrendo-se os jornais, poder-se-á descobrir as notícias que, por essas alturas, vieram a público notícias de camiões interceptados, a caminho da fronteira, carregados com motores de avião e de helicóptero.

Mas isso era se houvesse vontade política de descobrir estes mistérios. O que não parece nada provável.

SAVANA

Registado sob número 007/RR/DNI/93

Propriedade da

mediacoop SA

Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima, (Presidente),
e Naíta Ussene

Direcção, Redacção, Publicidade e Administração:

Av. Amílcar Cabral nº1049 - C. P. 73
Telefones: +258 21301737/327631, 82-3171100 e
84-3171100 Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)

e-mail: savana@mediacoop.co.mz (Redacção)
admc@mediacoop.co.mz (Administração)
Internet: www.savana.co.mz;
NUI: 400109001

Delegação na Beira:
Prédio Aruãgua, nº 32 - 1º andar, Ap. A
Telef./Fax: +258 -23 - 327956/7 * C. P. 15
e-mail: media.beira@teledata.mz

Director: Kok Nam

Editor: Fernando Gonçalves

Coordenador da Redacção: Francisco Carmona

Redacção: Fernando Manuel, Salane Muchanga, Emídio Beúla e Raúl Senda;
Fotografia: Naíta Ussene (Editor) e Joel Chiziane (e-mail: foto@mediacoop.co.mz);
Colaboradores permanentes: Machado da Graça, António Cabrita, Carlos Serra, Luís Guevane, João Mosca, Paulo Mubalo (Desporto) e Isadora Ataíde. Secretariado: Emilia Banze, Maquetização: A.S.M. Revisão: Gervásio Allenor Nhalicale; Publicidade: Benvidua Tamele; (btamele2000@yahoo.com.br);
Distribuição: António Moiane; Distribuição via e-mail (PDF): Miguel Billa (mediatax@mediacoop.co.mz); Impressão: CEGRAF.
Maputo - República de Moçambique